

A PRESENÇA INDÍGENA NAS ROTAS BANDEIRANTES E NAS MONÇÕES

Marcos Lourenço Amorim de Amorim¹

Resumo Este artigo discute sobre a participação do indígena brasileiro nas expedições bandeirantes e monçoeiras entre os séculos XVI e XVIII. A discussão é feita a partir da obra “Caminhos e Fronteiras” de Sérgio Buarque de Holanda. O indígena, embora tenha reagido de diferentes formas é analisado sob o prisma da sua contribuição como guia e mestre dos sertões. Este ensaio conclui que apesar das diferentes formas de resistência, o conhecimento indígena foi fundamental para a conquista do interior da América portuguesa.

Palavras-chave

Monções, indígena, Brasil colonial

Abstract This article discusses the participation of Brazilian indians in expeditions monçoeiros between the sixteenth and eighteenth centuries. The discussion is made from the work “*Caminhos e fronteiras*” of Sérgio Buarque de Holanda. The indigenous, although it reacted in different ways are analyzed this work through the prism of his contribution as guide and master of the hinterlands. this essay concludes that despite the different forms of resistance, indigenous knowledge was key to the conquest of the interior of Portuguese America.

Keywords

Monsoons, indigenous, colonial Brazil

Qual o papel do indígena nas expedições bandeirantes e monçoeiras? De que formas essas populações autóctones interagiram com os forasteiros que se dirigiam aos sertões nos séculos XVI, XVII e XVIII em busca das drogas, do apresamento de indígenas ou em busca das minas cuiabanas? Como se deram as relações entre o selvático e estes outros indivíduos oriundos de vários pontos do Brasil, do Império luso e, mesmo, de outras nações europeias?

É certo que essas incursões foram inflamadas pelas lendas dos Eldorados com serras de prata e de esmeralda, se dilataram, indo muito além do apresamento de indígenas próximo ao rio Tietê. O bandeirismo e as monções integraram um comércio intercapitanias e de certo modo fizeram parte de um projeto de desenvolvimento para a colônia. Antonil em sua *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* salientou que apesar das restrições oficiais a respeito dos estrangeiros, “*mais de trinta mil almas*” andavam a cata de ouro nas minas. (ANTONIL,1963). Para se ter uma ideia dessa “opulência” e atração exercida pelo ouro no início do século XVIII, segundo as avaliações de Taunay,

¹ Mestre em História pela UFGD e docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – campus de Coxim – e-mail: marcos.amorim@ufms.br

...desvairavam as mais sólidas cabeças. Num mês, havia Miguel Sutil, e seus escravos e os demais moradores do Arraial de Forquilha conseguido apurar quatrocentas arrobas de ouro! Perto de seis mil quilos de metal, maravilha jamais observada em qualquer outro lugar do Brasil (TAUNAY, 1975. v.2. p. 32).

Estas notícias narradas por Pedro Taques ao biografar João Carvalho da Silva, sobrinho de Fernão Dias Paes, incitavam extraordinários *rushs* de imigrantes, apesar das terríveis catástrofes provocadas pelas “*transmigrações infelizes dos sedentos do ouro*” (TAUNAY, 1975. v.2. p. 32).

Os sertões e os rios monçoeiros não cessavam de chamar os homens para o movimento. Conforme as crônicas de José Barbosa de Sá emigrava todo o mundo: nobres e peões, seculares e eclesiásticos (BARBOSA DE SÁ, 1975. p. 12, 15, 16). Este espaço foi acessado por esse contínuo fluxo de gente nova, mas ao preço de um fenômeno cruel, marcado por destruições, pilhagens, massacres, exílios e confrontos sangrentos entre homens.

Centenas de nações indígenas foram massacradas nessa conquista das terras coloniais, porém, não raras vezes essa luta inglória, resultava apenas na desgraça indígena, o próprio Pascoal Moreira Cabral, descobridor de *Eldorados*, na diligência de encontrar ouro, prata e pedras, afastou-se por quatro meses da cidade de São Paulo. Nessas campanhas, segundo as observações de Taunay, o sertanista perdeu um filho e quinze dos seus bandeirantes, brancos, além dos escravos mortos e devorados por indígenas. (Taunay, 1975. Vol. 2 p. 33).

Além do confronto bélico, bandeiristas e monçoeiros, migrantes, sobretudo, paulistas, carregaram consigo a cultura e muito dos seus costumes e deparavam-se com outros membros dessa nova sociedade composta por índios, mulatos, negros, libertos e mesmo foragidos. A partir deste panorama histórico este escrito busca caracterizar essas relações do índio com o não-índio nessas expedições sertanistas, sobretudo desmitificando o papel dessas populações locais no contato e integração com esse turbilhão de adventícios.

É lugar comum nas crônicas coevas e parte da historiografia apresentar o indígena como um obstáculo para as expedições bandeirantes e monçoeiras, embora as suas contribuições não sejam negadas, o confronto com as nações indígenas que resistiram à invasão territorial ganha relevo em diferentes abordagens: Caiapós, Guaicurus e Paiaguás, quase sempre são desenhados como símbolo de nações que resistiram com bravura e violência ao avanço do estrangeiro em seu chão.

Realmente é impossível negar essa resistência, no entanto é preciso lembrar, o que afirmou John Manuel Monteiro, no clássico “*Negros da Terra*” que a historiografia ainda não respondeu plenamente questões sobre a profundidade e densidade histórica da dinâmica interna do Brasil indígena na formação da colônia (Monteiro, 2013. p. 18).

No rastro dessa discussão este artigo se apropria da análise clássica de Sergio Buarque de Holanda na obra *Caminhos e Fronteiras* e faz uma reflexão sobre o indígena e suas relações no processo de expansão para os sertões coloniais, especificamente, nas expedições bandeirantes e monçoeiras. Este escrito discute sobre as ações desses atores sociais no longo processo migratório, verificado durante a conquista que alterou a paisagem interna brasileira, vislumbra aspectos da dinâmica interna de grupos indígenas autóctones que se integraram aos conquistadores e se tornaram agentes do conhecimento, dominando o terreno e conduzindo os recém-chegados pelos caminhos da conquista do interior do Brasil, como verdadeiros guias do sertão.

Como afirmamos, fundamenta a discussão, a obra *Caminhos e fronteiras*, um conhecido estudo de Holanda que faz uma reflexão sobre os processos históricos do sertanismo paulista no período colonial, retoma o tema do contato e acrescenta uma perspectiva antropológica que reconhece a humanidade e conhecimento legítimo do “outro”. A obra mostra aspectos da vida material dos colonos e seus descendentes, sua flexibilidade para divergir da tradição europeia e destaca a contribuição da experiência e do conhecimento indígena, assimilados pelos sertanistas nos caminhos inóspitos dos sertões brasileiros. *Caminhos e fronteiras* tem intrínseca relação com *Monções e Extremo Oeste* e mostra as complexas imbricações entre as técnicas e conhecimentos dos indígenas e dos colonizadores.

Este artigo parte do pressuposto de que as nações indígenas no movimento bandeirante e monçoeiro não tiveram uma homogeneidade de ações, reagiram distintamente, de forma pacífica ou agressiva, exerceram o poder, mesmo na condição de dominados, desenvolveram forças que se chocaram com as estratégias de dominação ou sutilmente se aliaram a essas forças em busca da sobrevivência.

Na tentativa de compreender a forma pela qual se estruturam essas relações sociais entre índios e não-índios, sobretudo, as relações assimétricas de obediência e dominação, a abordagem deste trabalho é permeada pelos conceitos foucaultianos de poder onde há nas relações sociais, uma pluralidade de correspondência de forças, um conjunto de ações que conduzem a outras ações, seguindo-se umas às outras em

enfrentamento constante e infindo. Ou seja, o poder induz, incita, seduz em um processo que facilita ou dificulta se convertendo em campo aberto de possibilidades distribuído em todo o tecido social traduzido na capacidade de recalçar, de se rebelar e de resistir de diferentes formas, inclusive nos processos sociais de integração. (Foucault, 2007).

É a partir dessa condição que entendemos a contribuição do índio para as expedições bandeirantes e monçoeiras em suas incursões ao interior do território brasileiro, ou seja, mesmo submetido ao aviltamento, o indígena em sua resistência não perdeu a condição de ator social e foi capaz de imprimir derrotas ao colonizador como também, ao longo dos anos, assimilou a cultura estranha e influenciou as práticas do adventício, em um caldeamento de ações, valores e técnicas.

Insisto em ressaltar que essas relações foram assimétricas ao extremo. Resistindo ou se integrando, o indígena sofreu perdas irreparáveis, entretanto, esse prolongado contato interétnico vem construindo a história brasileira até os dias atuais e nos parâmetros temporais do recorte deste trabalho, centrados entre os séculos XVI e XVIII procuramos entrelaçar na teia dos fatos da história americana, as ações dos homens que viveram o bandeirismo e o movimento monçoeiro, observando lugares comuns e algumas idéias, além de princípios e estratégias do período monçoeiro que foram herdados dos homens seiscentistas que adentraram aos sertões nos séculos anteriores.

Nessa perspectiva, o discurso monçoeiro, sua cultura material, sua mentalidade são percebidos como uma mistura de pensamentos que se recriaram, a partir da memória do bandeirismo e da cultura autóctone, ou seja, fundamenta este trabalho a ideia de que...

...o discurso dos homens, em qualquer tom em que tenha sido pronunciado – o da convicção, o da emoção, o da ênfase – é freqüentemente apenas um amontoado de idéias feitas, de lugares comuns, de velharias intelectuais, o exutório heteróclito de restos de culturas e de mentalidades de diversas origens e de várias épocas (Le Goff, 1976. p. 72)

Nesse sentido, concordamos com Sergio Buarque de Holanda ao apresentar o ciclo migratório das monções como um desdobramento do bandeirismo e nesse entrelaçamento o indígena foi importante ator social que enriqueceu com técnicas e costumes o universo bandeirante nos séculos XVI e XVII, sendo que, parte dessa herança dos povos nativos, foi legada aos monçoeiros. Ainda que estes não tivessem usado na maior parte do tempo, as estradas terrestres, a experiência indígena e

bandeirante viabilizou uma relação mais íntima do monçoeiro setecentista com o espaço geográfico americano.

Embora o neto dos primeiros aventureiros que enfrentaram as corredeiras bravias nos rios do oeste tivesse se sentido como um prisioneiro nos estreitos limites de uma canoa, ele assimilou inúmeras técnicas deixadas pela primeira geração de conquistadores das terras do interior do Brasil.

Conhecimentos e técnicas do bandeirante são, comumente, práticas fluidas no cotidiano dos monçoeiros, mesmo quando metamorfoseadas pela situação nova das monções; por sua vez, a contribuição dos indígenas tanto entre aqueles que adentraram o território a pé quanto aos que usaram os rios, foi imprescindível. Sem exagero, parafraseando Holanda, essa contribuição os eleva à condição de guias e verdadeiros mestres dos sertões. Até mesmo os textos considerados de tendência epopeica e de glorificação dos paulistas, representados em autores como Afonso Taunay, Alcântara Machado, Alfredo Elis Júnior, Pedro Taques e outros autores da historiografia bandeirante paulista, não conseguiram obscurecer essa contribuição: até neles, ainda que de revés, o indígena aparece como elemento fecundo e positivo.

O indígena: verdadeiro cicerone do sertão

Entre as contribuições do indígena para o êxito do movimento bandeirante se destaca o conhecimento que esses povos tinham dos caminhos. É sabido que as veredas utilizadas pelos sertanistas nos primeiros tempos, em muitos casos, foram as mesmas trilhas que os índios tinham aberto para uso próprio, “*muito caminho pisado mais tarde pelas bandeiras foi aberto e trilhado inicialmente por eles*” (HOLANDA 2001. p.33). Escondidos, disfarçados e cautelosos os naturais da terra corriam as matas e os sertões americanos em aprazível ou penosa peregrinação. Esses movimentos formavam uma rede de corredores e trilhas toscas e estreitas que entrecruzavam regiões longínquas, muito antes das naus *cabralinas* aportarem na *terra-brasilis*; caminhos rústicos, mas que já existiam antes da chegada do colonizador foram utilizados pelos bandeirantes.

Outra questão importante ressalta a dificuldade de locomoção e a contribuição essencial do nativo: as trilhas antigas não seguiam rigorosamente um único traçado, principalmente quando deixavam de ser frequentadas por determinado tempo, e acabavam quase desaparecendo, o que fazia cada viagem parecer de certo modo uma exploração nova, exigindo novos cálculos e estratégias; mas o bandeirante sempre

contou com a sagacidade do indígena para se locomover nesse *habitat* e utilizou suas estradas,

...a pouca largura desses caminhos, que se adaptavam particularmente ao sistema de marcha característico dos índios não constituiu sério obstáculo a que fossem mais tarde utilizados pelos adventícios. O que sucedeu em outros lugares da América, onde as picadas abertas pelos naturais da terra serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do continente, ocorreu igualmente e em maior escala, entre nós (HOLANDA 2001. p.33).

São poucas as exceções das trilhas pré-coloniais que facilitavam a caminhada, um exemplo é o famoso caminho do Piabiru ou caminho de São Tomé no Guairá, que tinha oito palmos de largura e chegou a ser comparado com algumas ruas de Lisboa; nesse meio, o selvático, premido pela necessidade de sobrevivência no ambiente agreste, desenvolveu um amplo conjunto de técnicas que abrangia da arte da caça e da coleta de frutos até posturas físicas. Serve como exemplo a sua forma própria de caminhar, onde a planta e os dedos do pé se justapõem totalmente no solo, distribuindo igualmente o peso do caminheiro pelo corpo, fazendo com que as juntas trabalhem igualmente e nenhuma parte sofra maior cansaço; essa forma de caminhar “com os dedos do pé voltados para dentro” também fazia com que os índios economizassem trabalho, porque a ponta do pé encontra menos os galhos dos arbustos rasteiros.

Muitas dessas técnicas e recursos que permitiam ao indígena, em suas vagueações, romper grandes distâncias sem maior exaustão, foram transmitidas aos mamelucos, especialmente, aos pioneiros piratiniganos que tiveram de adaptar-se aos recursos dos naturais da terra, a fim de sobreviver à adversidade do meio. Ilustra bem essa questão o que se dizia de João Ramalho, um dos precursores da colonização no planalto paulista, que andava nove léguas, antes do jantar (HOLANDA 2001. p.35).

As intermináveis caminhadas das comunidades nômades como os Tapuia, Pataxó, Tupimaé e dos Cataguá (Barreiros, 1979), dos grupos tribais quando saíam de suas aldeias e percorriam a pé longas distâncias para as reuniões de festa ou quando vagueavam, desde meninos, em busca da caça ou coleta, fizeram das populações nativas exímios caminheiros. Essa capacidade e hábito de caminhar, ainda que na maioria das vezes, entre as tribos amigas e sem o aspecto compulsório das caminhadas bandeirantes, deu existência às vias que levavam para o interior do continente e tornou o indígena um profundo conhecedor desses caminhos estreitos, que não permitiam em toda a sua largura mais do que uma pessoa caminhar ao mesmo tempo, mas que de tão utilizados alguns se tornaram rotas regulares, muito tempo antes da chegada do colonizador. Entre

as técnicas desenvolvidas pelo bandeirante, a partir do contato com os nativos (Ribeiro, 1986), está a capacidade de orientação na mata espessa e emaranhada; os adventícios aprenderam a transpor, da maneira mais conveniente e pelos melhores lugares, desde terrenos onde medram árvores silvestres até florestas espessas; cortavam galhos com a mão, à moda dos índios, aqui e ali, enquanto caminhavam e, uma sequência desses galhos quebrados em geral significava uma pista, uma orientação para a caminhada; quando estavam em mato espesso, davam cortes de machado em troncos grossos de árvores para marcar o caminho.

O bandeirante não só assimilou esses sinais do nativo, também usou símbolos católicos: uma pequena cruz de madeira fincada no chão significava que próximo do caminhante havia um lugar de pouso, um teto onde ele poderia descansar (Rosa, 1924, p. 15. *Apud.* Holanda, 2001. p 20).

O sertanista, graças ao contato prolongado com a selva e com os nativos, desenvolveu um sensível espírito de observação que não se improvisa, estava continuamente desperto a minudências do caminho e criou um sistema de sinais de comunicação numa espécie de *“rústico alfabeto unicamente acessível a indivíduos educados na existência andeja do sertanista”*. (*Ibidem*, p. 20)

Os nativos, segundo objetivas conclusões de Holanda, tinham uma capacidade excepcional de locomoção, indivíduos com um senso de orientação quase miraculoso, encontravam meios de orientar-se pelo sol, caminhando centenas de léguas, enfrentando caminhos hostis e espessa mataria, sem se perder. À noite marcavam as horas observando estrelas e durante o dia, pela sombra que o polegar deixa na mão; conheciam pegadas de um homem ou bicho e depois de um exame superficial deduziam com coerente precisão, sobre origem, direção e época em que foram produzidas. O bandeirante assimilou muitas dessas técnicas,

... foi pelos rastros de um abarracamento que Manoel Dias da Silva, correndo pelo ano de 1736 territórios do atual estado de Mato Grosso, conseguiu averiguar não só que ali tinham estado castelhanos e com personagens de alta patente, como determinar com precisão quanto tempo antes tinham deixado o lugar, o número de animais que levavam e o rumo tomado (Holanda, 2001. p 21).

Outro fato que mostra as amalgamações entre a cultura local e a ibérica no bandeirantismo e que parece revelar a prevalência da técnica e do costume nativo sobre o europeu foi o hábito de andar descalço adquirido por esses forasteiros que, em sua terra natal, tanto prestígio davam aos sapatos, chegando mesmo a identificar o seu uso

com *status* de nobreza; na colônia e, principalmente, fora dos lugares povoados, os sapatos eram considerados supérfluos, ou antes, um estorvo. A exemplo dos índios que, salvo algumas exceções como as do caingangues e xerentes usavam sandálias ou alpargatas para despistar perseguidores e não por ideal estético (Holanda, 2001 p. 29-31), o sertanista aprendeu a andar descalço pelos caminhos do interior da Colônia. Esse hábito parece ter influenciado tanto aos sertanistas de São Paulo como também aos padres jesuítas e até autoridades conforme ressaltou Sérgio Buarque de Holanda no seguinte fragmento:

... o sistema de marcharem a pé e descalços teve ação persistente sobre os hábitos dos sertanistas (...) os primeiros missionários religiosos, sobretudo jesuítas, também dispensariam, muitas vezes qualquer proteção para os pés (...) Cabeza de Vaca fez descalço todo o percurso entre o litoral de Santa Catarina e as margens do rio Paraná (Holanda, 2001 p. 28,29).

Andar descalço se tornou um hábito tão predominante entre os conquistadores, que mesmo depois de ser disseminado o uso de cavalgaduras para viagens mais prolongadas, a feitura dos estribos era forjada de modo que mal cabia os pés do cavaleiro e outros de madeira em forma de triângulo que só cabia o polegar. (Holanda, 2001 p. 30).

Indígenas, os donos das águas e das fontes nos sertões coloniais

Nas caminhadas dos bandeirantes paulistas, em locais onde não precisavam transpor rios, as marchas eram facilitadas por não haver necessidade de se construir pontes ou pinguelas para transpor os obstáculos. Entretanto esta situação provocava a angústia da sede. Nessas circunstâncias se revela outro domínio que comprova de forma insofismável o legado indígena ao bandeirante nas duas primeiras centúrias da colonização: a sua destreza no trato com a natureza para conseguir o líquido vital. Plantas providenciais, como o caraguatá, milagrosa bromélia que transforma as suas folhas em pequenos reservatórios de água da chuva e junta uma razoável quantidade, segundo Holanda, chegando até um litro ou pouco mais por planta, constituíram-se um valioso recurso nos lugares onde não havia rios ou fontes de água, pois, dessedentavam o caminheiro.

As águas dos caraguatás, dos mandacarus, dos cipós, do umari, dos bambus ou das raízes do umbuzeiro eram recursos que ao serem encontrados, podiam socorrer, por alguns dias uma comitiva sedenta, permitindo-lhes a sobrevivência. Nessas

circunstâncias, o conhecimento admirável do indígena e seus engenhosos métodos potencializaram a utilização desses recursos.

Conforme lembrou Holanda, a extraordinária capacidade de observação dos nativos lhes ensinava que a solução para a sede poderia estar relacionada à direção e temperatura do vento, debaixo de um rochedo, ou disfarçada em um tronco de árvore, onde jamais o viajante inexperiente poderia alcançar:

... um desses tesouros existiu durante muito tempo no Campo dos Parecis, que atravessava a estrada para Vila Boa de Goiás. Num pau de cinco palmos de espessura e ponto exato onde começava a ramar, havia um buraco sempre cheio d'água, ali por meio de canudos de taquara, costumavam refrescar-se os sequiosos. Consumida a água em pouco tempo voltava a encher-se o buraco. Não fosse isso o viajante poderia percorrer em todos os sentidos a vasta planície sem ter onde beber, pelo menos numa extensão de quatro léguas. (HOLANDA 2001. p.37).

Outras plantas conhecidas pelo indígena, como o umbuzeiro, tinham batatas adocicadas em suas raízes que se desmanchavam na boca dessedentando o viajante. Essas batatas ficavam apartadas cinquenta, sessenta passos da árvore e o indígena batia no solo com um bastão até localizar, pelo som das pancadas, o local apropriado para cavar. O precioso conhecimento de vegetais como mandacaru, planta cheirosa, de umidade gostosa que satisfazia a sede e servia ainda de remédio aos enfermos febris ou ainda de algumas espécies de cipós encontrados em abundância nas espessas florestas que deixavam escorrer um líquido fresco, que se não mata totalmente a sede, engana o viajor sequioso, precisavam ser *“cortados a jeito indígena”*, exigia a prática do caboclo e sua presença nessas expedições; ainda os tenros bambus, que dão *água do taquaruçu*, precisavam, via de regra, da experiência indígena para verter o precioso líquido que sustenta a vida. Ainda quando faltavam todas essas provisões ou junto a elas, indígenas e sertanistas observando a conformação do solo, a coloração da terra ou algum indício somente apreendido por um olhar experimentado, descobriam o remoto caminho do olho d'água onde nada indicava sua existência (HOLANDA 2001. p.36-42).

Esta retomada à questão da água no espaço natural palmilhado pelo sertanista bandeirante e às dificuldades para conseguir matar a sede pode levar à seguinte argumentação: os monçoeiros não deviam ter problemas com água potável e não precisariam dessa aprendizagem dos sertanistas, porque viajavam sobre as águas. Embora esta seja uma argumentação de sentido lógico, relatos como o de D. Manoel de Flores ao Marquês de Valdelírios, em 1756, informa que *“ocasiões havia, afirma, em que as tripulações das flotilhas se viam ameaçadas de perecer de sede”*, por

considerarem as águas dos rios doentias (TAUNAY, 1975. Vol. 3, p. 57). Também na documentação portuguesa se podem ver algumas admoestações para o viajante não beber desta ou daquela água, por serem consideradas nocivas à saúde. Mesmo sem tratar de pormenores como a correspondência de Flores, é comum os cronistas portugueses discorrerem sobre as péssimas águas do Paraná, “*barrentas e pestilentas causadoras de sezões*” (Ibidem). As águas do rio Vermelho também causaram tão forte impressão nos monçoeiros com a sua corrente parecendo um rio de sangue que eles nem lavavam suas roupas nas águas desse rio. (Ibidem, p. 58).

Mesmo que haja exagero nas palavras de Flores, os testemunhos paralelos mostram existir alguma verdade nelas e, o conhecimento sertanista, certamente, foi utilizado pelo monçoeiro em casos onde houvesse necessidade de dessedentar-se com a suposta segurança necessária. Contudo, a ênfase que procuro dar é para o enorme cabedal de conhecimentos legado pelos indígenas aos sertanistas e aos homens que trilharam os caminhos fluviais do segundo Eldorado brasileiro, no século XVIII, uma herança assimilada gradual e vagarosamente em cada expedição que se organizava, em cada incidente da viagem, nas atitudes, no comportamento do conquistador.

Arsenal e cardápio indígena na colonização

Os colonos europeus, de um modo geral foram mais transigentes do que o indígena e por isso adotaram em larga escala os expedientes e métodos nativos de aproveitamento dos recursos naturais para subsistirem à aspereza do meio, empreenderam excessivo esforço para se adaptarem ao clima tropical e as suas condições materiais. (Holanda, 2001 p. 56). Um momento importante dessa transição foi a adequação do adventício à dieta alimentar dos primitivos moradores do país. Os índios, ao longo dos séculos e milênios, aperfeiçoaram as técnicas para extrair da natureza o máximo dos seus recursos e o europeu, nesse ambiente inóspito à sobrevivência de grupos citadinos, teve que adequar o seu paladar a uma culinária estranha ao seu gosto, para vencer uma das maiores provações a que seriam submetidos: a fome.

Nos locais em que o europeu já tinha se estabelecido e podia contar com a utilização de ferramentas importadas como a enxada, o machado, os anzóis de ferro e também o cultivo de algumas plantas trazidas por eles que serviam para a alimentação, o problema do abastecimento tornava-se menos atroz, visto que eram amenizadas as

limitações do ambiente conquistado, entretanto, não escaparam de pragas como a de ratos que destruíam milharais e feijoadas, nem dos ataques de nuvens de gafanhotos que lhes obrigavam colher ainda verdes as espigas de milho, o que dificultava a produção de víveres e encarecia o preço dos mantimentos. (BARBOSA DE SÁ, 1975. p. 18).

No auge do movimento monçoeiro, João Antônio Cabral Camelo ao passar por Camapuã, mostrou-se incomodado ao pagar vinte oitavas pelo alqueire de feijão e dezesseis e dezoito oitavas o milho (Camelo, in Taunay, 1975. p.128). Mas essas dificuldades nem se comparavam ao que sofria, tanto os pioneiros do bandeirismo quanto os tripulantes das monções de povoados, quando se achavam em caminhos dos sertões. Em ambientes desconhecidos e sem as marcas da civilização européia, a situação era bem diferente. *“seu sustento ordinário, além da farinha de guerra, de que não se separavam, ao menos nos primeiros tempo será quase somente o que dá a terra sem a lavragem, como sejam caças e frutas”* HOLANDA, 2001 p. 60).

Sem poder contar com quase nada do arsenal de suas tecnologias, o conquistador tinha que se valer do arsenal indígena, porque, em muitas ocasiões até mesmo o equipamento disponível não se adaptava ao meio selvagem. É, justo nessa situação de caminheiro que junto aos percalços encontrados, a fome se estabelecesse como inimigo atroz e a contribuição da técnica do indígena se tornaria de fundamental importância para o sucesso da empreitada. Ao longo dos caminhos bandeirantes e monçoeiros, a técnica e a habilidade indígena com o arco foi providencial para saciar a fome dos sertanistas. Com armas de manejo simples e uma habilidade extrema, as aves eram feridas pelas flechas durante o vôo, uma técnica pouco conhecida pelos europeus até colonizarem o Brasil. (Varnhagem, 1860. p. 67). Essas técnicas davam enorme vantagem ao indígena sobre o europeu, porque este assustava o bando no primeiro tiro, gastava muito tempo para recarregar o arcabuz enquanto o índio atirava cinco ou seis flechas:

as flechas dos índios não tinham muitas vezes menor alcance do que um bom arcabuz ou escopeta. As alterações atmosféricas, as chuvas, a umidade não chegavam a causar-lhe estorvo. Seu disparo não produz ruído, ou fogo, ou fumaça com que se denuncie o atirador(...) do emaranhado dos ramos e folhagens emergia rápida a flecha; tão rápida que não deixava tempo para se distinguir seu ponto de partida. Isso fazia com que o índio pudesse derrubar, de um só bando vários animais, antes que os restantes o pressentissem ou, ao menos, tentassem escapar-lhe. (HOLANDA 2001. p.62,63).

A vantagem que as armas de fogo tinha sobre as primitivas flechas era a possibilidade de se carregar grande volume de munição em pouco espaço, mas, ainda

assim o europeu sofria com as falhas de fogo muito comuns de suas armas, sobretudo, quando alcançadas pela umidade o que as tornava imprestáveis. Enfim, o que se deduz da leitura dos cronistas na conquista dos sertões é que para a caça, as armas silenciosas do nativo eram superiores às do forasteiro, o que gerou, inclusive, ao longo dos séculos certa resistência do índio em utilizá-las mesmo depois de ter acesso a essas armas de fogo através de trocas, por considerar que o estampido delas afugenta a caça. Também um rápido estudo dos vocábulos como tocaia, jirau, juquiá, pari e vários outros utilizados para dar nome às armadilhas e emboscadas utilizadas nos séculos de colonização, ou ainda o hábito adquirido pelos sertanistas de pintarem os corpos com urucum ou jenipapo para atrair os animais, denotam a influência preponderante das técnicas indígenas. Lacerda e Almeida escreveu sobre essa técnicas de caça ao veado:

encaminham-se os caçadores para as manadas de veados contra o vento, levando na cabeça algum barrete ou pano vermelho, algumas vezes param ou levantam um braço, e outras agacham-se; os veados que não estão acostumados a ver estes fantasmas, chegam-se a eles para os reconhecer, e ficam sendo vítimas de sua curiosidade”(Almeida, 1944. p 82,83).

Em relação à caça, a introjeção acelerada de métodos do Velho Mundo fez com que essas atividades passassem a ser vistas, não raro, como algo garboso, ligado à valentia, à simulação de guerra, e à demonstração de que o homem afirma a sua superioridade porque tem consciência do poder e quase nunca pela astúcia. Esse pressuposto etnocêntrico não foi capaz de conciliar os métodos caboclos, onde o caçador quase se nivela aos animais e plantas para enganar sua presa, aos conceitos de caça ligados à aventura e ao heroísmo. Mas esse preconceito não ofusca a influência dessas práticas nos movimentos de migrações para o interior do Brasil, até porque muitas dessas práticas jamais foram esquecidas e seus resquícios permanecem ainda hoje, em pleno século XXI, nas comunidades rurais interioranas que auxiliam sua economia com a caça e a pesca.

Reiteramos que a prática milenar da caça, que em muitas comunidades tribais foi substituída da lavoura e determinou o nomadismo entre nações indígenas, foi também essencial para a alimentação do sertanista. Do mesmo modo, a atividade pesqueira nos rios continentais de fauna quase inesgotável, foi importante elemento na dieta bandeirante e monçoeira. O sertanista e depois o monçoeiro, longe dos núcleos civilizados, em suas jornadas por caminhos ermos teve sua subsistência e a do nativo que o acompanhava ligada à pescaria. Aliás, nesses complexos processos de relações interculturais é justo afirmar que o índio assimilou muito bem as técnicas européias que

facilitavam o trabalho da pesca. Prova disso é o fim dos espinhos tortos usados desde tempos imemoriais, quando foram substituídos pelos anzóis de metal e as redes de arremesso ou de arrasto trazidas pelos portugueses. (Correa Filho, 1926. p. 68).

Contudo, no elenco de contribuições das técnicas e conhecimento que formaram a cultura bandeirante e monçoeira, matando a fome dos aventureiros se destaca a contribuição do indígena. Não é estranho reafirmar que as *iguarias de bugre* foram assimiladas ao longo da conquista, ainda que com resistências por parte do colono, mas sem nenhuma chance de sobreviver nesse meio desconhecido, se não adequasse sua dieta às comidas mais exóticas.

Não só de cobras e outros bichos que rastejam, mas ainda de sapos, ratos, raízes de guariba ou guareá, grelos de samambaia, sustentava-se o viandante perdido em sertões de escasso mantimento, os 'sertões famintos' de que falam alguns roteiros. Ou em ocasiões de penúria (...) é certo que mesmo em horas de fartura não faltava quem incluísse jacarés e lagartos, por exemplo entre os pratos apetecidos. A içá torrada venceu todas as resistências, urbanizando-se mesmo, quase tão completamente como a mandioca, o feijão, o milho e a pimenta da terra (HOLANDA, 2001. p. 58).

O modo de vida dos sertões adotado pelo bandeirante e monçoeiro não lhes permitia muita resistência à alimentação imposta pela culinária do *outro*. O que poderia causar náuseas ao ser degustado pelo cidadão europeu, gradativamente tornou-se o “prato do dia” para o sertanista, porque no meio do mato, sem nenhuma opção de escolha e precisando da energia vital do alimento, a única saída era comer o que lhe era oferecido. Na citação acima vemos que as saúvas denominadas içás ou tanajuras se popularizaram bastante, o próprio autor diz que eram vendidas em tabuleiros junto com biscoitos de polvilho, pés de moleques, cará cozido e outras comidas tradicionais; essa culinária do bandeirante foi assimilada no período da colonização, a ponto de superado o impacto inicial, serem tidas como verdadeiros manjares, é o caso do bicho-de-taquara. Sobre esse prato discorre o intérprete cordial do Brasil:

parece que vencida a repugnância do primeiro momento, os brancos se tornavam os maiores adeptos e propagandistas do manjar indígena. Uns comparavam-no a manteiga fresca. Assados e torrados, já dissera Anchieta que em nada se distinguiam do caldo (ou banha) de porco, mais recentemente Saint-Hilaire chegou a escrever que seu sabor faz pensar no mais delicado dos cremes. (HOLANDA. 1994. p. 58).

Mas nem só desses “*bichos imundos*” para o gosto do colonizador era feita a dieta dos sertanistas e monçoeiros nos primeiros séculos da colonização da América. Com uma resistência bem menor eles se adaptaram a alimentação com base em frutas tropicais, tais como o palmito, consumido em larga escala em todas as espécies

encontradas na flora interiorana; os pinhões da araucária do qual se fazia uma farinha que em alguns casos, substituía a farinha de mandioca; a jabuticaba, as araças e guarirobas foram avidamente consumidas nos caminhos dos sertões. Holanda escreve que

já ao tempo das bandeiras, e sobretudo durante as monções do Cuiabá, essas e outras mirtáceas, como os araças, as guarirobas, as grumixanas, as pitangas e os cambucis, pertenciam a dieta habitual dos que se entranhavam na selva. Entre outras frutas que deveriam ter papel significativo nessas expedições, são dignos de menção os ananases, os araticuns de várias espécies e o jataí, cuja polpa, esverdeada e farinhenta era considerada uma das delícias do sertão, principalmete se desfeita em mel de pau. (HOLANDA. 1994. p. 59).

Outra delícia culinária indígena foi o mel de pau, assim chamado por ser colhido em colmeias que se desenvolviam em troncos de árvores. Esse alimento é considerado essencial na dieta de bandeirantes e monçoeiros. Contudo, o mel só podia ser consumido graças a uma das mais providenciais agilidades do índio que conseguiam distinguir entre os muitos troncos aquele onde estão instaladas as abelhas. O que deixa transparecer os escritos *sergianos* é que não foram poucas as tribos a desenvolver essa habilidade. Outra situação que denota extrema destreza do indígena era a sua condição de seguir as abelhas em seu vôo, que assim denunciavam a direção de suas colméias, levando o coletor até a copa da árvore onde se encontrava o precioso manjar.

Da destruição das colmeias por tribos indígenas com o intuito único de recolher o produto desses insetos, o indígena aprendeu a usar de forma mais racional os troncos em seu estado natural, já povoados de abelhas, provavelmente antes da chegada dos europeus ao Brasil, mas é certo que o mel abundante nas matas brasileiras foi alimentação essencial para esses viajantes do interior da América portuguesa, sendo muitas vezes, pela falta da caça ou da pesca o seu único alimento por vários dias, “nesses casos o mel torna-se o único remédio para a fome e sua ausência significou muitas vezes a última penúria”. (Holanda, 2001. p. 50.)

Para isso costumava-se levar em algumas expedições monçoeiras os índios meleiros, munidos de machado e cabaça que se embrenhavam pelos matos em busca única do produto das colméias de abelhas. A necessidade de remédios nessas incursões sertanistas fez com que esse produto fosse ainda aplicado como excelente solução para curar feridas e apostemas. Acreditava-se também que o mel sendo usado para untar o corpo e depois cobrir-se com carvão poder-se-ia atravessar pelo fogo sem correr risco de vida (*Ibidem*, p. 52).

O indígena no movimento monçoeiro

Quanto à presença e contribuição do indígena no movimento monçoeiro, os relatos, os documentos oficiais e a correspondência entre os Capitães Gerais, autoridades locais e metropolitanas deixam inferir que o indígena teve participação efetiva e contribuiu de forma decisiva para o êxito deste movimento migratório aos sertões americanos.

Entre os homens de maréação, poucos brancos eram contratados, sendo a maioria dos trabalhadores constituída por pardos, indígenas e escravos negros. A contratação de índios pelos comerciantes monçoeiros era comum, o que não é de estranhar dada à presença deles nas expedições e também por suas habilidades na arte de navegar, mesmo porque a técnica de maréação das canoas monçoeiras era indígena, com os remeiros todos em pé, “*nisso principalmente se diferenciavam elas dos coches africanos, em que todos os remadores iam sentados e de preferência junto a proa*” (HOLANDA, 1976. p. 78). Rolim de Moura, que considerava a navegação monçoeira uma arte afirmou que para esse ofício o indígena era *muito* “*melhor avença*”.

A presença do indígena nas expedições monçoeiras chegou a causar problemas entre os negociantes e esses trabalhadores. Esse aspecto foi evidenciado numa *Carta* escrita pelo Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado, endereçada a Rolim de Moura, onde rogava para que se tratasse das questões dos homens de negócios que, navegando rumo a Cuiabá, não estavam pagando o preço combinado pelo trabalho dos índios, prometiam-lhes ouro e pagavam com panos de algodão (APMT LATA 1750-1758 DOCUMENTO 107). O documento permite entender que era razoável o número de índios remeiros.

Mas, além das habilidades do indígena nas técnicas de maréação, as próprias embarcações monçoeiras não puderam se adaptar os avanços dos navios europeus, dada as características dos rios encachoeirados e rasos dos caminhos fluviais americanos, por essa razão, as canoas das monções eram fabricadas com técnica indígena, em geral feitas de um só tronco, de peroba, ximbaúva ou outra árvore de grande diâmetro e que suportasse bem a umidade; o tipo do canoão monçoeiro adaptado à região amazônica foi apelidado “*paulista*”, no dizer de José Gonçalves Fonseca. O cronista se referia a barcos de quatorze e mais metros de comprimento (TAUNAY, 1975, Vol. 3. p.65).

Elencadas essas considerações, se pode afirmar que a contribuição do indígena na conquista do interior da América e do Brasil foi além das meras técnicas de caça, pesca e artimanhas de sobrevivência. O indígena legou aos sertanistas um modo de vida, uma relação muito estreita com a terra selvagem e uma comunhão profunda com esse

ambiente. Dessa convivência advém uma gama de invenções e um discernimento do meio que lhe fez tirar deduções sobre a sombra das árvores, o vôo das aves, as pegadas de um bicho, as condições meteorológicas e tantas outras habilidades que parecem miraculosas ao homem europeu e foram essenciais para o sucesso das expedições bandeirantes e monçoeiras.

A guisa de conclusão se pode afirmar que a conjuntura analisada neste ensaio ao revisitar *Caminhos e fronteiras* se propõe a apresentar uma “história exemplar” para o historiador refletir sobre a sempre atual questão do outro, na reafirmação da alteridade humana e na superação das fantasias propostas pelos etnocentrismos (Todorov, 2003. p. 4), além de abordar a perspectiva de uma história mais sociológica, em que as determinações estruturais dialogam com as contingências históricas e as escolhas coletivas e individuais se fundem na construção da história humana.

Referências

- ALLINCOURT, Luís D'. *Resultado dos trabalhos e indagações estatísticas da província de Mato Grosso*. Anais da Biblioteca Nacional, III. Rio de Janeiro, 1877.
- ALMEIDA, Francisco José de Lacerda e. *Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1944.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Conselho Nacional d Geografia, 1963.
- APMT - LATA 1750-1758 Documento nº. 107. Correspondência entre Rolim de Moura e o Secretário de Estado Francisco Mendonça Furtado, em 12/12/1758 menciona que está tratando a questão dos homens de negocio que vêm a Cuiabá e o pagamento do trabalho dos índios.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das Esmeraldas : a bandeira de Fernão Dias Paes*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1979.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Livro dos Regimentos dos oficiais medânicos da mui nobre e Sêpre cidade de Lixboa 1572* ,Coimbra, 1926.
- SÁ, Joseph Barbosa de. *Relações da Povoações do Cuyabá e Mato-Grosso e seos princípios the os presentes tempos*. Cuiabá, Edições UFMT, 1975.

CAMELO, João Antônio Cabral. NOTÍCIAS PRÁTICAS das minas do Cuiabá e Goiasés, na Capitania de São Paulo que dá ao Ver. Pe. Diogo Juarez, o Capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre as viagens que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727. In Taunay, 1975. p. 128.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 2ª edição - Edição Ilustrada. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

_____. *Caminhos e Fronteiras*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LE GOFF, Jacques. História: novos objetos. Tradução Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986

ROSA, Antônio Joaquim da. *A Cruz de Cedro*. São Roque, 1924, p. 15. *Apud*. Holanda, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

VARNHAGEM, *Caça no Brasil ou manual do caçador, por um brasileiro devoto de Santo Humberto*, Rio de Janeiro, 1860. p. 67.